

HISTÓRIA E CULTURAS POLÍTICAS

Apresentação

Criada nos idos de 1913, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe inicia a sua segunda centúria em processo de renovação. O mais importante periódico das humanidades em Sergipe, a partir de 2014 passa contar com periodicidade semestral e contará também com sua versão eletrônica. Essas mudanças ocorreram no sentido de assegurar o fortalecimento dos princípios de democratização do sistema de publicação e avaliação, assim como a ampliação do acesso aos textos publicados.

Com isso, a Revista do IHGSE assimila os parâmetros estabelecidos pelo sistema Qualis/CAPES,¹ e cria perspectivas de qualificação no sistema avaliativo trienal. Desse modo, o periódico expressa a sua vitalidade e compromisso na dinamização das políticas de acesso e na reafirmação em difundir o conhecimento acerca da sociedade sergipana, como estabelece o estatuto do sodalício.²

Tradicionalmente, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe consolidou-se como um veículo de divulgação da historiografia

¹ Sistema criado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Trata-se de uma série de procedimentos desenvolvidos para a classificação de seus periódicos que consideram universalmente valorizados pela comunidade científica em geral.

² De acordo com a política editorial da Revista do IHGSE, serão publicados textos de diferentes perspectivas que versem sobre temáticas relativas a Sergipe.

local, com espaço privilegiado para as discussões no âmbito da história política. Desde os seus primeiros números, o universo político-administrativo do estado foi foco dos olhares dos pensadores da história. Estudos biográficos, revoltas e querelas políticas tiveram um espaço privilegiado nas páginas da revista, dando continuidade ao legado deixado pelo Historiador Felisbello Freire.³ Assim, a história política, numa perspectiva tradicional, tornou-se ao longo da primeira metade do século XX tema central do periódico e foi alvo da análise de alguns dos principais intelectuais da época, como Francisco Carvalho Lima Júnior, Clodomir Silva, Sebrão Sobrinho e José Calasans.

Na segunda metade do século XX a escrita da história política continuou em foco nas páginas da Revista do IHGSE. De um lado, textos marcados pela continuidade do modelo epistemológico anterior, com Epifânio Dória, João Pires Wynne e Acrísio Torres de Araújo. Do outro, emergiam intelectuais inspirados pela renovação teórica do conhecimento histórico, sob influência dos estudos nos centros de formação no centro sul do país, como Maria Thetis Nunes, José Ibarê Dantas e Terezinha Alves de Oliva. Isso explicita que mesmo após a implantação dos cursos superiores no estado na segunda metade do século XX, os principais nomes da historiografia sergipana permaneciam vinculados a Casa de Sergipe, compartilhando suas atividades com a docência na Universidade Federal de Sergipe.

Todavia, a década de 80 do século XX apresentou um momento de questionamento e inquietudes na historiografia brasileira. Era a emergência da história social da cultura em diálogo com a antropologia e a literatura.⁴ Inspirados pela emergência e consagração da nova história cultural, intelectuais passaram a questionar o predomínio da história política e defender a ampliação de estudos que elucidassem a “pree-

³ FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 3ª ed. São Cristóvão: EDUFS; Aracaju: IHGSE, 2013.

⁴ SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Org.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 9.

rência pelas manifestações das massas anônimas”.⁵ A história política passou a ser vista como sinônimo de atraso e acusada de permanecer “na superfície dos fatos”.⁶

No decênio subsequente ocorreu uma retomada das discussões acerca da história política, com ênfase para os usos dos conceitos de cultura política e cultura histórica. Para sobreviver e reagir às críticas, a história política foi renovada, ou como asseverou Serge Berstein, “a cultura política deu uma resposta mais satisfatória do que qualquer proposta até então”.⁷ Para Rachel Soihet, a grande novidade da nova história política “encontra-se nas fontes, no padrão de narrativa dos acontecimentos, o trabalho proposto nos moldes de longa duração e, fundamentalmente, na abordagem de seu objeto”.⁸

No entender de Serge Berstein, pode-se entender a cultura política como “uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido, ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas”.⁹ Com isso, os usos do conceito de cultura política propiciaram a renovação do campo de investigação, pois ampliaram o leque de discussão das questões políticas revelando um cenário complexo e plural. Nesse caso, ela permite perceber “os pontos de contato entre os contextos marco e micro”.¹⁰

Diante desse cenário, os estudos acerca da chamada nova história política emergem privilegiando a multiplicidade de leituras comuns do

⁵ SOIHET, Rachel. Introdução. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 11.

⁶ RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 17.

⁷ BERSTEIN, Serge. A cultura política. RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349.

⁸ SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Org.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p.12.

⁹ BERSTEIN, Serge. A cultura política. RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 350.

¹⁰ DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e culturas políticas: definições, usos e genealogias. *Varia História*. n.º 28, 2002, p. 15.

passado e projetos comuns de futuro, pois como afirma Ângela de Castro Gomes, a cultura política é plural e convivem, disputam e estabelecem “vários tipos de interlocução entre si e com a produção historiográfica de determinado período histórico”.¹¹

Nesse primeiro volume do número 44, a Revista do IHGSE apresenta ao público o dossiê temático “História e Culturas Políticas”. Trata-se da reunião de textos que, imbricados pela renovação teórico-metodológica dos estudos recentes da historiografia brasileira, balizam suas reflexões acerca do universo político sergipano. Certamente essa proposta ocorre em momento oportuno, pois torna-se visível o quanto as discussões políticas extrapolam o âmbito partidário e das esferas do poder. Alguns indícios incontestes dessa assertiva são as manifestações populares ocorridas em 2013, os usos políticos do futebol com a realização da Copa do Mundo no Brasil em 2014 e as reivindicações das minorias por direitos e maior espaço na sociedade. Definitivamente, vivenciamos em nossa experiência histórica “o político mais que político”.¹²

O primeiro texto do dossiê pode ser visto como um tratado sobre o silêncio. Nele a antropóloga Beatriz Góis Dantas discute os objetos de culto dos terreiros de candomblé que compõem o acervo museológico do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Ao problematizar o silenciamento das fontes acerca do objetos, a autora apresenta frestas das políticas culturais que vigoraram no Brasil e em Sergipe a partir do Estado Novo.

No segundo artigo do dossiê, Andreza Maynard analisa a existência do Departamento de Propaganda e Divulgação do Estado de Sergipe (DPDE) e do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda em Sergipe (DEIP/SE), órgãos que desenvolveram ações de propaganda e censura entre 1939 e 1945. A existência do Departamento de Impren-

¹¹ GOMES, Ângela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca; GOMES, Ângela de Castro. *Culturas políticas e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: FAPERJ; Civilização Brasileira, 2007, p. 49.

¹² RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 36.

sa e Propaganda e dos seus auxiliares estaduais evidenciava como a cultura foi utilizada para promover os interesses políticos nacionais e locais. Tendo como foco de análise também o período do Estado Novo em Sergipe, Silvânia Santana Costa e José Santos elucidaram as ações de políticas médicas desenvolvidas no governo de Eronides Ferreira de Carvalho voltadas à área da salubridade das cidades, como a higienização e a organização do espaço urbano, visando detectar e eliminar os elementos responsáveis pela proliferação de doenças.

Já Simone Rodrigues procurou compreender a trajetória de vida de Joel Silveira, um jornalista sergipano que atuou na imprensa carioca e, é reconhecido como um dos fundadores do jornalismo literário brasileiro. A autora recorre a uma pesquisa bibliográfica e documental e adota uma arquitetura textual que descortina atuação de Joel Silveira na imprensa estudantil de Sergipe e a sua formação intelectual e profissional. Discutindo um dos momentos mais significantes da história sergipana, Edna Mattos Antônio, sob as lentes do conceito de cultura política no movimento chamado Nova História Política, discute as características do ideário liberal luso brasileiro e sua influência no debate político que marcou o processo de emancipação do Brasil e consolidação do Estado Nacional.

Na seção de artigos livres, Ane Luíse Mecenas Santos analisa a sistematização da língua kiriri realizada pelos padres inacianos no processo de conversão. A autora respalda sua argumentação a partir do uso de dois documentos produzidos no final do século XVII: a gramática e o catecismo na língua kiriri. Com isso, ao passo que a catequese foi realizada com povos que não falavam a língua geral novos instrumentos foram produzidos. Já Lílian Wanderley e Hortência Gonçalves analisam o livro inédito intitulado “A contribuição de Francisco Monteiro de Almeida à história dos limites territoriais de Sergipe”, escrito em 1922 por Francisco Monteiro de Almeida. A referida obra tinha por objetivo fazer o levantamento dos limites territoriais dos 34 municípios existentes, que foram revistos e definidos com precisão, de acordo com a sua história e sua legislação.

Ronaldo Santos e Denise Silva discorrem sobre a trajetória de vida do intelectual sergipano Epifânio Dória, inserindo-o no contexto do

período denominado “República das Letras” em Sergipe. Os autores elucidam os diferentes campos de atuação do intelectual nas instituições culturais de Sergipe. Juarez de Oliveira problematiza a “grande repressão do PCB de 1952”. Na visão do autor ela provocou a prisão de dezenas de pessoas em Aracaju e no interior do estado, dismantelandando praticamente todos os organismos e instância do partido.

Por fim, a professora Lenalda Andrade Santos apresenta a trajetória biográfica do professor Luiz Alberto dos Santos, sócio da Casa de Sergipe falecido em 2014. A autora elucida os principais momentos da vida familiar e profissional do intelectual sergipano.

Aracaju, julho de 2014

Magno Francisco de Jesus Santos
Editor da Revista do IHGSE